



XII ENCONTRO
UNIÃO MAÇÓNICA DO MEDITERRÂNEO
LISBOA, 30-31 MARÇO e 1 ABRIL 2012

DEMOCRACIA E MULHERES ENTRE AS DUAS MARGENS DO MEDITERRÂNEO

INTRODUÇÃO

Olhamos o presente e evocamos um Mediterrâneo em que, como afirma Edgar Morin, *“o Islão foi Bagdade, Granada, Istambul, abertura e tolerância religiosa; (em que) o império otomano de religião muçulmana tolerou no seu seio povos ortodoxos, católicos, judeus, quando a Europa católica extirpava e expulsava do seu seio tudo o que era islâmico.”*

Olhamos para o presente e evocamos o Mediterrâneo de Averrois, Maimonides e Tomás de Aquino em que a valorização do conhecimento como forma de "libertação" do ser humano, a discussão pela igualdade de direitos entre homem e mulher, a contingência da verdade, a defesa dos direitos humanos e a coexistência pacífica entre os povos, eram uma realidade de tolerância, de profunda reflexão e de partilha de espaços de pensamento.

Olhamos o presente e verificamos que o Mediterrâneo deixou de ser palco desta riqueza que impede que a ignorância progrida e o humanismo se cumpra.

O que vos trazemos hoje é, tão só, uma perspectiva empírica da memória e do acompanhamento da evolução das “revoluções democráticas” em alguns países do Mediterrâneo, – Tunísia, Egipto, Iémen, Líbia... –, tentando entender as motivações (culturais, políticas, económicas, religiosas e outras), os impulsos, os apoios, as críticas, e o quadro geral em que elas foram e vão acontecendo, bem como a

avaliação, não menos empírica, da “verdade” sobre a almejada democracia naqueles países.

O CONTEXTO

A evolução dos regimes democráticos e do entendimento que sobre eles e sobre os seus representantes legítimos se foi fazendo de forma crescentemente crítica, aliada à crise económica provocada sem pudor por um capitalismo ideologicamente neo-liberal, desregulamentado e propagandisticamente mantido como capaz da sua própria regeneração, precipitou junto da opinião pública do mundo inteiro a ideia, perversa e injusta de que o mal das sociedades modernas reside na política, nos políticos e nas suas práticas e de que a redenção passa pelo “crucificar” dos culpados e, assim, devolver a soberania e a esperança aos povos injustiçados. A direita elitista e conservadora que nunca perdoou o progresso do Estado social e as soluções de políticas sociais que os governos europeus implementaram, que prevaleceram na segunda metade do séc. XX, e que transformaram, com a sua prática e o seu exemplo, o quadro de desenvolvimento económico, social e cultural das sociedades contemporâneas, a direita dizia, exulta com o descrédito da democracia e, obviamente, sente criado o caldo de cultura para que o poder político lhes caiba por inteiro e, assim, cumprir a quadratura do círculo.

Daqui até Wall Street ou à Puerta del Sol, é um passo na procissão indignada de todos os que, justamente, vêem o seu futuro ameaçado e acreditam ter identificado os responsáveis pela sua desesperança e pelo seu pessimismo (a democracia e os políticos) e os propulsores da sua luta por dias melhores.

É curioso o que um historiador israelita, Zeev Sternhell, afirma a propósito do movimento dos “indignados” em Israel a 14 de Julho: *“É bom querer mudar a sociedade, tornarmo-nos defensores do Estado social. Mas os dirigentes do movimento”,* à cabeça do qual está Stev Shaffie, *“não souberam traduzir esses objectivos em termos claros e concretos, porque têm medo das ideologias e, especialmente, de serem qualificados como esquerdistas.”* Aqui chegados, parece-nos poder encarar com preocupação os tempos que se avizinham, salvo se uma modificação comportamental profunda ocorrer nesses movimentos, nas suas lideranças (se é que existem) e no entendimento que têm da amplitude, papel e objectivos da sua participação cívica. Não há democracia sem representatividade, sem participação nos movimentos associativos, sem instituições políticas e sem capacidade de regulação do poder económico.

Os movimentos das mulheres constituem actualmente um dos elementos da paisagem dos países do Mediterrâneo do Sul e sob o ponto de vista das marroquinas um factor importante na equação dos equilíbrios políticos naquele país. O associativismo feminino torna-se assim numa importante alavanca da necessária mudança da sociedade civil.

PELA DEMOCRACIA

Albert Camus dizia que *“Todas as falsas ideias terminam em banho de sangue, mas é sempre o sangue dos outros”*. A clareza de Camus leva-nos a afirmar que os movimentos pela democracia que têm vindo a eclodir em alguns países do Mediterrâneo são na sua essência genuínos e relevam, por isso, de uma vontade sincera e inquestionável de provocar alterações políticas que conduzam a sociedades abertas, livres, participadas, modernas, em suma, democráticas, por oposição a

regimes autocráticos, fechados, cruéis e arbitrários que têm decidido da vida desses povos durante décadas de prepotência. Não parece ser autêntica a aparente espontaneidade presente nos protestos.

Ao ambiente descrito anteriormente, somam-se, nestas sociedades, as limitações e condicionamentos impostos pelos regimes respectivos, transformando, por força das circunstâncias, estes movimentos em voluntaristas manifestações de vontade, caracteristicamente inorgânicas, ingênuas, por isso, facilmente manipuláveis por agentes ao serviço de interesses menos legítimos, menos claros e, possivelmente, menos defensáveis – ou mesmo, totalmente indefensáveis – no quadro das democracias que se pretendem erigir a partir da contestação adoptada.

A ausência de partidos políticos - apesar da opinião que se vai organizando, continua a ser verdadeira a tese segundo a qual “não há democracia sem partidos políticos” – de lideranças naturais ou, no mínimo, consentidas, a falta de uma identificação óbvia com objectivos precisos e estrategicamente concebidos e a natureza desestruturada da contestação – em que sobressai a determinação e a coragem, mas onde parece faltar pensamento elaborado e planificação mínima – facilita a interferência de movimentos organizados que, com relativa facilidade acabam a controlar os movimentos oposicionistas e a preparar as consequências resultantes de uma esperada queda do regime.

A “Irmandade Muçulmana” é um exemplo claro de uma associação religiosamente identificada, com objectivos políticos definidos e que, organizada, conhece o tabuleiro em que se desenrola a sua luta pela conquista do poder. O líder da “Irmandade Muçulmana” no Egipto

dizia, logo após a queda do Presidente Mubarak, como se fosse uma reivindicação aceitável, que a única exigência que fazia para a futura Constituição era a de que, no seu texto, constasse a proibição expressa da adoção de qualquer lei que contrariasse a “sharia”; está tudo dito e entendido. Sabemos que estamos a falar de, e a lidar com, países cuja população é esmagadoramente muçulmana, mas isso não nos deve impedir de ver, naquela exigência, uma estranha tentativa de transformar o regime autocrático e ditatorial numa teocracia não menos intolerante e prepotente, à revelia do que os democratas defendem com convicção e intransigência, que é a separação entre o Estado e a Igreja, seja ela qual for, e a garantia da secularização e da laicidade.

Aqui, surge uma outra questão relacionada com a democracia e o conceito que dela temos, europeus e ocidentais de uma maneira geral, de se é legítimo, ou não, “exportar” o modelo e “impô-lo” a sociedades herdeiras de outras culturas e tradições, mas isso eternizaria este texto.

Atentemos nas Constituições da Argélia, Egipto, Marrocos e Tunísia. Em todas elas se afirma, no seu articulado, que todos os cidadãos são iguais perante a Lei sem discriminação de género.

Na Jordânia, no artº 6º da sua lei fundamental define que os cidadãos serão iguais perante a lei e que não haverá discriminação entre eles no que respeita a direitos e deveres baseados na raça, língua ou religião....

Uma nuance!

E no Corão... as relações entre os cônjuges são alicerçadas na igualdade e da intimidade, ou seja, sobre uma estabilidade material e psicológica conjugada com amor, paixão respeito mútuo, misericórdia e bondade.

Mas a realidade parece mostrar-nos algo bem diferente! A contradição permanente entre a força do protesto das mulheres e a resistência à mudança das mentalidades é inegável. Apesar de grandes avanços do movimento feminino em Marrocos e na Tunísia, ainda há um longo caminho a percorrer: pela igualdade na custódia e tutela dos filhos, contra a exclusão familiar, social e económica das mães solteiras, pelo acesso universal à escolarização das raparigas, por uma maior presença das mulheres no mundo do trabalho, pela possibilidade de escolher um método de planeamento familiar e contraceção. Estes exemplos, obstáculos reais daquelas sociedades, tornam-se verdadeiros entraves à influência das mulheres no seio da sociedade.

E tudo isto parece estar tão perto ao atingir a outra margem do Mediterrâneo. Há uma miragem de liberdade e emancipação que parece fácil quando o horizonte devolve ao olhar o lado Norte do mar que nos envolve e separa, mulheres de cá e de lá. Sabemos nós que assim não é! Porque aqui o caminho ainda se vai fazendo, apesar de mais adiantado, mas longe de ver o seu fim.

Mas sabemos que as mulheres muçulmanas, ultrapassando o medo, vão construindo a História, nos passos lentos e seguros que vão dando.

O OCIDENTE E AS REVOLUÇÕES DEMOCRÁTICAS

O fundamentalismo muçulmano e a sua empenhada acção política, também pela via do terrorismo, fazem reear o aproveitamento liminar, no plano internacional, destes movimentos pela democracia, a fim de que possam atingir objectivos que colidem com os que a democracia postula.

Daí, a perplexidade pelo modo pouco exigente, quase acrítico, com que o Ocidente vai apoiando todas as iniciativas que se desenham

tendentes à conquista da democracia, sem o cuidado de avaliar a possibilidade da sua subversão e aproveitamento em Estados onde a defesa da democracia, é particularmente complicada e, quase por definição, frágil.

Acreditamos que a democratização dos países a que nos referimos é, para a Europa, e de uma maneira geral para todos os países democráticos, um objectivo nobre, sustentável e legitimador de um conjunto de acções solidárias.

Primeiro a Tunísia, depois a convulsão no Egipto, contemporânea com a “revolução” no Iémen a quem ninguém prestou atenção, vá-se lá saber porquê, basicamente para destituir Mubarak e finalmente a Líbia (e a Síria que continua a sua guerra).

O poder nas mãos dos militares no Egipto, e a contestação visando encerrar, na Líbia, o longo ciclo Kadhafi, deram ao papel do Ocidente em todo este processo, um relevo e uma exposição que merecia outras leituras e mais exigentes interpretações. A “ditadura” de Kadhafi com quem todos os líderes ocidentais conviveram sem complexos, na base de uma tradicional e bem comportada hipocrisia diplomática centrada nos interesses estratégicos e económicos, passou, de repente, a ser a causa de todas as ofensas aos “Direitos Humanos”.

Todos percebemos, há muito, que as motivações – os pretextos – não são as mais dignas e as mais fiáveis. Uma pergunta que se nos coloca é: havendo, como há, tantas ditaduras, ainda, no mundo, por que é que só nos (o plural não é, obviamente, majestático nem inclusivo, é retórico) preocupamos (?) com algumas? Por que razão, as que nos afligem, são estas e não aquelas? Em regiões onde a natureza tribal e religiosa dos conflitos é uma realidade, como consensualizar uma democracia à

“nossa moda”? Com quem nos movimentamos e negociamos nesta dialéctica?

A visão de tudo isto à luz do nosso envolvimento, enquanto ocidentais, em todo este processo, é pouco coerente e, em última análise, francamente criticável. Nem a paz, nem a democracia, nem as exigências dos tempos que vivemos se compadecem com estas incongruências e com estas razões de incredulidade e estupefacção.

CONCLUSÃO

Tanto nos movimentos da indignação, como nos que protagonizam a luta pela democracia e pela liberdade em alguns países do Mediterrâneo, a ausência de pragmatismo e organização política redundam numa ineficácia de que aproveitam, sem dúvida, os inimigos da democracia e da liberdade por mais que se esforcem por afirmar o contrário os que entendem que devem, porque lhes interessa, sustentar estas acções de protesto, com estas características, configuração e impacto.

Será que o conjuntural interesse económico, geoestratégico, ideológico justifica que, em nome da democracia, se escancare a porta a outras, eventualmente mais temíveis, ditaduras? – Quer queiramos, quer não, é isto que se vai decidir.

Esperemos que o bom senso impere e que um verdadeiro diálogo entre ambas as partes, baseado na Liberdade, Igualdade e Fraternidade ajude a que se afirme a democracia, o crescimento, a harmonia e o bem-estar dos povos no mundo. Receamos, sinceramente, que estejamos a trabalhar reforçando o trajecto inverso.

Nas recentes “revoluções”, do Magreb ao Médio Oriente, as mulheres participaram activa e massivamente das reformas políticas e sociais.

Elas puseram em evidência o princípio da democracia que deve implicar a igualdade entre os géneros.

Foram muitos os jovens e as mulheres, que nesses dias e noites de esperança não abandonaram aquelas Praças onde lhes cheirava a Liberdade, reclamando dignidade e igualdade. E nenhum dos regimes em causa conseguiu impedi-lo.

Tahar Ben Jelhoun fala da Centelha de Esperança nestas revoltas no Mundo Árabe. Todos sabemos que as mulheres desses países têm que fazer face ao disfuncionamento dos seus Estados que apenas servem para, deliberadamente, enterrar a emergência de uma sociedade civil forte e independente. Todos sabemos ainda que elas estão na linha da frente da cada vez mais organizada abertura das suas sociedades aos valores universais, consagrando os direitos das mulheres, enorme Utopia até 2010.

E é novamente, às palavras de Morin, que recorro, para terminar: *“Devemos encontrar a essência profana do Mediterrâneo que está na abertura, na comunicação, na tolerância e na racionalidade, para sacralizar essa essência profana. (...) para ressacralizar o Mediterrâneo temos de reencontrar a substância materna, devemos adorá-la na criança. Sem maternidade, não há fraternidade. Encontremos a nossa mãe nostra neste mare nostrum”*.

Estranharão alguns de vós que não tenha proferido a palavra Maçonaria.

Afinal, este texto, não falou de outra coisa!

Lisboa, 31 de Março de 2012

Em representação da G.'L'.F'.P'.